

Aracruz, 11 de Março de 2020.

MENSAGEM Nº 011/2020

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES

Encaminhamos para apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 2.898/2006, para reduzir para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho do servidor público efetivo legalmente responsável por pessoa com deficiência em tratamento especializado, isto pois há previsão no mesmo sentido tanto na Lei Federal nº 8.112/1990 (art.98), quanto na Lei Estadual nº 7.050/2002 (art.36).

Certos da habitual atenção de Vossas Excelências no sentido de acolher e aprovar o Projeto de Lei anexo renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JONES CAVAGLIERI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 011, DE 11/03/2020.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 2.898/06.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º Acrescenta na Lei nº 2.898, de 31 de março de 2006, o seguinte artigo:

Art. 78-A Fica o Poder Executivo e suas Autarquias autorizados a reduzir para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho do servidor público efetivo legalmente responsável por pessoas com deficiência em tratamento especializado.

§1º A redução da jornada de trabalho depende de requerimento encaminhando ao titular ou dirigente do órgão no qual estiver lotado o interessado.

§2º O requerimento deve ser instruído com certidão de nascimento da pessoa com deficiência, termo de tutela ou curatela e laudo médico comprobatório da deficiência e comprovantes de que há tratamento médico em curso.

§3º O requerimento deve ser enviado pelo titular ou dirigente do órgão à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, cabendo ao serviço médico a emissão de laudo conclusivo.

§4º A redução é concedida por seis meses, sendo renovável por iguais períodos, observados os procedimentos previstos nos parágrafos anteriores.

Art.2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias que serão suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 11 de Março de 2020.

JONES CAVAGLIERI
Prefeito Municipal